

FONTE : Correio BrasileiroCLASS. : 06DATA : 29 03 89PG. : 13

Ministro vê estudo da FAO

O ministro João Alves Filho, do Interior, recebeu, na manhã de ontem, o relatório preliminar ao projeto de suporte ao zoneamento ecológico e sócio-econômico da Amazônia Legal, resultado dos trabalhos da coordenação conjunta de missão do Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e técnicos graduados de organismos nacionais vinculados ao meio ambiente, agricultura e índios.

Através desse projeto, elaborado após cinco semanas de atividades de diferentes grupos de trabalho em solos, hidrologia e climatologia, ecologia, extrativismo e assuntos indígenas, pretende a missão contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico da região da Amazônia brasileira, mediante o uso racional do seu espaço físico, apoiado em bases sustentáveis de seus recursos naturais, levando em consideração a conservação de sua diversidade biológica e a proteção de áreas reservadas a grupos indígenas.

Esse trabalho é o primeiro resultado da visita que o ministro João Alves Filho fez à Itália, em 1987, e depois no início de 1988 quando pediu o apoio da FAO para uma avaliação do potencial agrícola da Amazônia. Para João Alves, as conclusões preliminares desse grupo de trabalho são indispensá-

veis para que se trace uma política coerente de proteção ao nosso ecossistema, sem que, no entanto, sirva de entrave ao desenvolvimento da região, podendo esse zoneamento se configurar no maior legado do presidente Sarney para as futuras gerações.

A pesquisa levada a efeito pelos técnicos da FAO e do Governo brasileiro tem como objetivo acompanhar a identificação e delimitação de áreas da região recomendadas para tipos especificados e viáveis de utilização da terra, desde reservas indígenas ou biológicas até a produção contínua de madeira proveniente de florestas naturais ou artificiais ou produção de culturas permanentes. Isto tendo por base um inventário sistemático e uma avaliação dos recursos naturais da região, das condições sócio-econômicas (zoneamento ecológico-econômico), mediante a promoção de um planejamento físico, regional ou local (coordenação territorial) e sua execução controlada (fiscalização).

MEDIDAS RECOMENDADAS

De acordo com os técnicos da FAO e do Ministério do Interior, antes desse esboço final o grupo de trabalho partiu inicialmente para uma fase de

pré-zoneamento, que consistiu na delimitação das unidades naturais de terra e análise temática de sua geologia, geomorfologia, clima, hidrologia, relevo, solos, vegetação, fauna e uso atual da terra bem assim a determinação das características e limitações físico-biológicas da terra para cada tipo de unidade natural de terra distinta.

Outras medidas são recomendadas para execução paralela e de modo dinâmico, tais como: identificação de tipos de utilização da terra viáveis do ponto de vista agroecológico, determinação das necessidades físico-biológicas de cada tipo de utilização da terra, caracterização das perspectivas e condições sócio-econômicas de sub-regiões (sub-bacias hidrográficas ou municipalidade) e de áreas já demarcadas para utilização específica (áreas indígenas, reservas biológicas, florestas etc.)

O zoneamento preliminar abrangeu pesquisa numa área total de 5.000.000 de quilômetros quadrados da Amazônia Legal, enquanto o zoneamento sistemático, incluindo as várias sub-bacias da região, compreendeu uma área de cerca de 250.000 quilômetros quadrados, que estão sujeitos a pressão ocupacional.